



Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Prof. Dr. Mauro Augusto
Burkert Del Pino
Vice-Reitora: Profa. Dra. Denise
Petrucci Gigante

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Profa. Dra. Denise
Marcos Bussoletti
Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Alvaro Luiz Moreira
Hypolito
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Luciano
Volcan Agostini
Pró-Reitor Administrativo: Antônio Carlos de Freitas Cleff
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Luiz
Osório Rocha dos Santos
Pró-Reitor de Recursos Humanos: Sérgio Eloi Teixeira
Wotter
Pró-Reitor de Infra-Estrutura: Evaldo Tavares Kruger
Pró-Reitora de Assistência Estudantil: Ediane Sievers
Acunha
Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Dr. Aulus
Mandagará Martins

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Carla Rodrigues | Prof. Dr. Carlos Eduardo
Wayne Nogueira | Profa. Dra. Cristina Maria Rosa | Prof.
Dr. José Estevan Gaya | Profa. Dra. Flavia Fontana
Fernandes | Prof. Dr. Luiz Alberto Brettas | Profa. Dra.
Francisca Ferreira Michelon | Prof. Dr. Vítor Hugo Borba
Manzke | Profa. Dra. Luciane Prado Kantorski | Prof. Dr.
Volmar Geraldo da Silva Nunes | Profa. Dra. Vera Lucia
Bobrowsky | Prof. Dr. William Silva Barros

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira
Vice-Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:

Veronica Medeiros dos Santos

HISTÓRIA EM REVISTA – Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Conselho Editorial:

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPEL)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFP)
Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).
Prof. Tommaso Deti (Università Degli Studi di Siena)

Editor: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Edição e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

Impresso no Brasil

Edição: 2015/2016

ISSN – 1516-2095

Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de Ciências
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.
v.21/v.22, (dez. 2015/ dez. 2016). – Pelotas:
Editora da UFPel, 2015/2016.
1v.

Anual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de Ciências
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Indexada pela base de dados Worldcat
Online Computer Library Center

PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 3208

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

* Obra editada e publicada em dezembro de 2017

volume
21
Dez 2015
ISSN 1519-2695

volume
22
Dez 2016
ISSN 1519-2695

ICH - UFPEI

A ALVORADA
HISTORIOGRAFIA
MUSEU NACIONAL
PELOTENSE
ARQUEOLOGIA
MUSEU
MEDIEVO
DIÁRIOS
CRÔNICAS
LIVROS DIDÁTICOS
ESTADO
LAZER
FONTES HISTÓRICAS
CARTAS
JOINVILLE
INTERNET
HISTÓRIA CULTURAL
O EXEMPLO
ESCRITA
EDUCAÇÃO
NEGROS
HARTOG
JORNAL
BIBLIOTECA NACIONAL
SAMBAQUI
METODOLOGIA

**História em**
revista do núcleo de documentação histórica **revista**



HARTOG LEU KOSELLECK: BREVES REFLEXÕES SOBRE TEMPO HISTÓRICO E HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

HARTOG READ KOSELLECK: BRIEF REFLECTIONS ABOUT HISTORICAL TIME AND HISTORY OF PRESENT TIME

Renato de Araújo Monteiro ¹

Resumo: Segundo os historiadores Reinhart Koselleck e François Hartog, cada sociedade possui um modo de articular seu *espaço de experiência* com seu *horizonte de expectativa*, de cuja tensão surge uma *experiência de tempo* também particular. Para Koselleck, a modernidade seria caracterizada por um *tempo histórico* específico, onde as noções de *aceleração* e *progresso* adquiriram status de conceitos históricos. Já Hartog diagnostica uma *crise do tempo* da modernidade no final do século XX, levantando a hipótese de um atual *regime de historicidade* constituído por uma espécie de *presentismo*, marcado pela valorização das categorias de *memória* e *patrimônio*. Entendemos que o principal legado destas ideias para com o campo da História do Tempo Presente seria entendê-lo mais do que um recorte temporal pouco recuado, mas sobretudo atribuir-lhe um objeto de estudo específico, qual seja uma nova experiência contemporânea do tempo, e tudo que ela traz em seu bojo.

Palavras-chave: Tempo Histórico; Regimes de Historicidade; História do Tempo Presente.

Introdução

Com aquilo que Reinhart Koselleck chamaria de um rebento legítimo de filosofia da história, diríamos ainda numa atitude nietzschianamente intempestiva e expansivamente contemporânea aos moldes de Giorgio Agamben, a poesia de Renato Russo estranha o seu e outros *tempos* para interrogá-los na música “Índios”. Para além das “tentativas de fugas” existenciais num ritmo *quatro por quatro* estilo pós-punk tocado em sol maior, para além da experiência de um jovem homossexual e dependente químico que “sangra sozinho” ao escrever versos com os pulsos recém-cortados, para além da tentativa frustrada de suicídio que malogrou em chamar a atenção de um amor perdido sem “poder trazê-lo de volta para si” (LEGIÃO URBANA, 1986); ² nossa livre apropriação da obra pretende aqui voltar-se para os trágicos contatos

¹ Graduado em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História do Tempo Presente da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Bolsista Capes. E-mail: renatodearaujomonteiro@hotmail.com.

² “Eu quis o perigo e até sangrei sozinho, entenda. Assim pude trazer você de volta pra mim.”

entre mundos distintos, sobretudo o contato entre o mundo indígena e o mundo europeu, meta-narrativamente comparado ao contraste entre o mundo subjetivo do poeta e a realidade supostamente objetiva, cujas aspas do título dão conta. Em outras palavras: a música não fala apenas de índios. Atenhamo-nos a uma frase.

Dizer que “o futuro não é mais como era antigamente” (*Ibidem*), significa o relato sobre uma experiência de algo que não aconteceu como estava sendo esperado que acontecesse, mas mais do que isso, significa ir além dos fatos e compreender que aquilo que se espera do futuro hoje é essencialmente diferente daquilo que se esperou do futuro em épocas passadas. Este segundo movimento obrigatoriamente nos leva a admissão de múltiplas experiências de tempo que variam *no* tempo – antigamente – e *no espaço* – índios. Segundo a fórmula utilizada pelos historiadores Reinhart Koselleck e François Hartog, cada sociedade tem um modo particular de articular aquilo que foi vivido com aquilo que ainda se espera viver, seu espaço de experiência com seu horizonte de expectativa, de cuja tensão surgiria o que o primeiro chama de *tempo histórico* e o segundo de *regime de historicidade*. Este é o tema das páginas que seguem.

Koselleck: a semântica de tempo histórico na modernidade

De acordo com o historiador alemão Reinhart Koselleck, por não estar explicitamente presente nas fontes do passado, a busca de uma resposta para o que seja *o tempo histórico* nos leva necessariamente ao campo da teoria da história. Reconhecendo que cada sociedade tem seu ritmo temporal próprio, ele defende a existência não de um, mas de vários tempos históricos sobrepostos. Para ele, da mesma forma como a relação entre aquilo que já foi vivido e aquilo que ainda se espera viver é articulada de maneira diferente por uma pessoa conforme esta envelhece, também na sequência das gerações o “processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa, constituiu-se algo como um ‘tempo histórico’” (KOSELLECK, 2006, p. 16).

Sobre “experiência” e “expectativa”, Koselleck esclarece se tratar de categorias antropológicas genéricas que, ao entrelaçar passado e futuro, tornam-se adequadas para dar conta de todas as condições históricas possíveis. Segundo seu entendimento, *tempo histórico* “não apenas é uma palavra sem conteúdo, mas também uma grandeza que se modifica com a história, e cuja modificação pode ser deduzida da coordenação variável entre experiência e expectativa” (*Ibidem*, p. 309). Estas, por sua vez, são assimétricas e correspondem respectivamente a uma espécie de passado-presente e de futuro-presente, cujas presenças são

essencialmente distintas. Para metaforizar esta diferença, Koselleck adiciona à experiência a noção de “espaço”, já que “ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes”; e à expectativa a noção de “horizonte”, que alude “àquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado” (*Ibidem*, p. 311). Portanto, da tensão que entre *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* surge aquilo que pode ser entendido como o tempo histórico.

Na obra que reúne alguns dos principais ensaios da sua produção acadêmica, *Futuro passado* corresponde às duas palavras que representam as dimensões de um tempo experimentado ou expectado, de cuja articulação, como vimos, resulta a elaboração de um determinado tempo histórico. Mais do que isso, poderíamos entender “futuro” aí empregado enquanto substantivo, o simples porvir, ao passo que “passado” está adjetivando “futuro” para dar-lhe um caráter de historicidade, ou seja, indicando a pluralidade dos tempos históricos. Por fim, as palavras “futuro” e “passado” são também os próprios objetos de estudo de Koselleck, cujas historicidades são reveladas a partir das reflexões teórico-metodológicas oriundas da *história dos conceitos* [*Begriffsgeschichte*], projeto intelectual ao qual o historiador se dedicou por décadas.

Portanto, para dar conta do que promete no subtítulo – “contribuição à semântica dos tempos históricos” –, Koselleck analisa “textos nos quais a experiência temporal manifesta-se à superfície da linguagem, de maneira explícita ou implícita” (*Ibidem*, p. 15). Seu método consiste, basicamente, em localizar a constituição linguística de certas experiências temporais e em seguida ampliar a escala de análise em direção ao contexto histórico-social no qual as mesmas foram produzidas, para a partir daí deduzir o modo como seus contemporâneos articulavam a relação entre um determinado passado e um determinado futuro, ou seja, seu tempo histórico. Predomina na obra o estudo em torno do conceito de história – na Alemanha a utilização do termo *Geschichte* em detrimento de *Historie* a partir do final do século XVIII – que ele demonstra ser sintoma da irrupção de um novo tempo histórico característico da modernidade.

Fazendo uma comparação entre as distintas concepções de futuro presentes nos discursos de Martinho Lutero e Robespierre, Koselleck observa que entre os séculos XVI e XVIII se constituiu “uma temporalização da história em cujo fim se encontra uma forma peculiar de aceleração que caracteriza a nossa modernidade” (*Ibidem*, p. 23). Até este período a história havia sido eminentemente escatológica, na medida em que se configurara na contínua expectativa do final dos tempos, cujas características essenciais já se

encontravam previamente inscritas no apocalipse de João. No entanto, os acordos de paz decorrentes das guerras religiosas deslocaram poder da Igreja para os príncipes soberanos e trouxeram em si o princípio da “política”, fazendo com que o século XVII presenciasse a valorização do temporal e um esvaziamento do eterno. Com o abandono da tradição que prenunciava o Juízo Final, constituiu-se um novo e inédito tipo de futuro manipulado e monopolizado pelo Estado, a partir do qual foi possível se referir ao passado como uma Idade Média e desde então, resguardadas todas as parcialidades referentes as diversas classes ou nações, “o homem passou a viver na modernidade, estando ao mesmo tempo consciente de estar vivendo nela” (*Ibidem*, p. 31).

Com o advento do político, o futuro tornou-se uma espécie de espectro de possibilidades circunscritas que poderiam ser previstas, passando as previsões de fim do mundo a darem lugar ao antagônico *prognóstico racional*. Isso provocou uma alteração significativa em relação à concepção de futuro, pois enquanto a profecia transcende o horizonte da experiência calculável, na medida em que os acontecimentos são entendidos como sinais do que já é conhecido, o prognóstico permanece intimamente ligado à conjuntura política que ele mesmo é capaz de alterar enquanto momento consciente de ação política, instaurando assim um tempo sempre inédito. Dessa forma, segundo Koselleck, “o prognóstico produz o tempo que o engendra e em direção ao qual ele se projeta, ao passo que a profecia apocalíptica destrói o tempo, de cujo fim ela se alimenta” (*Ibidem*, p. 32). Entretanto, como podemos constatar no modelo circular do pensamento de Maquiavel, a experiência histórica na Europa continuou sendo vista ainda como uma espécie de “desenvolvimento natural” que unia o passado a um futuro prognosticável. A expectativa de que nada essencialmente novo aconteceria é o fator que ao mesmo tempo une e afasta a república soberana à Idade Média – a política moderna à escatologia cristã – pois aquelas instauram um futuro digamos que quantitativamente novo, porém qualitativamente igual.

Tendo em vista que, para fortalecer o Estado na disputa com a Igreja quanto ao domínio do futuro, os prognósticos racionais precisavam satisfazer as demandas salvacionistas e destruir as previsões apocalípticas, Koselleck defende que a noção de *progresso* nasceu no século XVIII justamente desta combinação audaciosa entre política e profecia. “Assim, o progresso descortina um futuro capaz de ultrapassar o espaço do tempo e da experiência tradicional, natural e prognosticável, o qual, por força de sua dinâmica, provoca por sua vez novos prognósticos, transnaturais e de longo prazo” (*Ibidem*, p. 36). Este novo futuro que começa a se desenhar já antes da Revolução Francesa é caracterizado por um tempo que se acelera em si mesmo, e que por isso é completamente desconhecido, pois comprime o campo da experiência e foge sempre em direção

ao não experimentável.

A aceleração do tempo, que outrora significava o adiamento do fim do mundo, tornou-se então algo que passou a compor o planejamento temporal, antes mesmo que o desenvolvimento tecnológico justificasse tal experiência. É neste contexto de modernidade incipiente que se torna possível a elaboração de uma *filosofia da história*. Somente diante do que Hegel – o filósofo profeta que forjou a palavra “progresso” – chamou de “má-finitude” de um tempo que se impõe eterno, foi possível criar destinos fixos para a história, como o *Reich* de mil anos ou a sociedade sem classes. Por isso, para Koselleck, a partir de então “faz-se necessário um prognóstico histórico que ultrapasse os prognósticos racionais dos políticos e que, como um rebento legítimo da filosofia da história, relativize o projeto dessa mesma filosofia” (*Ibidem*, p. 38).

Paralelamente, lançando mão da história dos conceitos Koselleck demonstra como a partir do século XVIII a fórmula *Historia Magistra Vitae*, onde “a estrutura temporal da história passada delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda a experimentação possível” (*Ibidem*, p. 43), depois de dois mil anos de emprego soberano passou ela também a ser dissolvida. No âmbito da língua alemã, por volta de 1750 completou-se um processo de deslocamento lexical onde a palavra estrangeira “*Historie*”, que correspondia aos relatos exemplares de eventos específicos, foi substituída pela palavra “*Geschichte*”. Ambas as expressões aludem tanto ao acontecimento quanto ao seu relato, no entanto a grande diferença entre elas reside no fato de que enquanto “*Historie*” correspondia a narrativas plurais e desconexas, “*Geschichte*” passou a compreender um conjunto de ações coincidentes, uma história singular e coletiva conduzida por uma determinada filosofia da história.

A introdução da ideia de *progresso* enquanto motor da história é sintomático da instituição de um tempo novo, determinado exclusivamente pela história, que destruiu o que havia de essencialmente “natural” na relação entre passado e futuro. Segundo Koselleck, o caráter principal desta nova experiência temporal moderna semanticamente inscrita na palavra “*Geschichte*” é a *aceleração*, que a partir de então se transformou em um conceito histórico ligado à expectativa de um futuro desejado e proporcionado pelo *progresso*. Com a subsequente Revolução Francesa e o contínuo processo de desenvolvimento tecnológico, a aceleração do tempo adquiriu ainda um rígido teor de realidade. Em resumo, o processo que dissolveu o *topos* “*Historie*” e instituiu “*Geschichte*” com uma qualidade temporal peculiar, “aconteceu na esteira de um movimento que organizou de maneira nova a relação entre passado e futuro” (*Ibidem*, p. 47).

Com a descoberta de um novo horizonte de expectativa mais “aberto”, centrado no conceito de *progresso*, a perfeição, antes buscada no além, agora era tarefa passível de ser realizada pela própria humanidade, à qual cabia a missão de acelerá-lo. Por sua vez, também o espaço da experiência adquiriu nova qualidade histórica, haja vista que foi ele próprio quem engendrou a noção de progresso único e universal. No intervalo de tempo situado entre os séculos XVI e XVIII, pode-se reunir uma série de experiências extemporaneamente contemporâneas que marcaram a transição do mundo feudal para a sociedade capitalista industrial moderna, e que tanto técnico-científica quanto social e politicamente foram marcadas por uma sensação de aceleração que dava ao tempo uma característica especialmente histórica. Portanto, ao aplicar as categorias de *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* à história, Koselleck conclui que na era moderna a diferença entre estas aumenta progressivamente, ou seja, que “só se pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então” (*Ibidem*, p. 314).

Hartog: regimes de historicidade e presentismo

Em 1984 um ousado projeto intitulado *Lieux de mémoire* (lugares de memória), se propunha, dentre outras coisas, traçar um panorama da onda de “patrimonialização” que se abatera sobre a Europa a partir da década de 1970. Já no primeiro dos setes volumes que seriam lançados até 1992, seu coordenador, o historiador Pierre Nora, diagnosticava que na contemporaneidade a aceleração da história havia provocado uma ruptura do equilíbrio entre passado e futuro, um distanciamento cada vez maior entre uma memória verdadeira e integrada e os meros vestígios reconstruídos pela história das sociedades atuais, condenadas ao esquecimento. Para ele, “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”, e “há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p. 07-08). Em 1999, Andreas Huyssen chamava atenção para a necessidade de realização de estudos que explicassem histórica e fenomenologicamente o acontecimento político e cultural que ele designou por uma verdadeira “sedução pela memória”, que teria ocorrido a partir da década de 1980. Dialogando com a ideia de *futuro-presente* de Koselleck, Huyssen utilizava o termo *passado-presente* para descrever esse deslocamento na experiência de tempo, marcado por “uma volta ao passado que contrasta totalmente com o privilégio dado ao futuro, que tanto caracterizou as primeiras décadas da modernidade do século XX” (HUYSSSEN, 2000, p. 09). Quatro anos mais tarde, o historiador francês François Hartog concluiria a obra *Regimes de historicidade: presentismo e experiências de tempo*, que de certo modo atenderia as

demandas apontadas por Huyssen e diagnosticadas por Nora.

Foi também a partir da familiarização com as categorias meta-históricas de “experiência” e “expectativa” utilizadas por Koselleck, que Hartog elaborou os seus *regimes de historicidade*. Para ele, um regime de historicidade nada mais é do que “uma maneira de engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categorias” (HARTOG, 2014, p. 11). Fórmula esta que, como vimos, é igual àquela utilizada por Koselleck para a definição de um dado *tempo histórico*, o qual se constitui a partir do “processo de determinação da distinção entre passado e futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 16). No entanto, destacamos em Hartog a valorização do “presente” como categoria, algo que, mais do que uma inovação teórico-metodológica, está intimamente ligado à hipótese central que norteia o seu livro, o *presentismo*. Como melhor abordaremos adiante, para Hartog o crescente distanciamento entre o campo de experiência e o horizonte de expectativa, característico dos tempos modernos, como apontado por Koselleck, teria enfim chegado ao limite da ruptura, resultando na “experiência contemporânea de um presente perpétuo, inacessível e quase imóvel que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico” (HARTOG, 2014, p. 39).

Assim como o fez Koselleck, para quem “as fontes do passado são capazes de nos dar notícia imediata sobre fatos e ideias, sobre planos e acontecimentos, mas não sobre o tempo histórico em si” (KOSELLECK, 2006, p. 13), Hartog esclarece que um regime de historicidade não é uma realidade que pode ser encontrada nas fontes, mas sim algo que é construído pelo historiador. Ele recorre ao colega alemão também para justificar a aplicabilidade da noção de regime de historicidade a períodos anteriores ao advento do conceito moderno de história, alegando ser este, acima de tudo, um modelo de análise comparativa “que pode tornar mais inteligíveis as experiências do tempo, [sendo que] nada o confina ao mundo europeu ou ocidental” (HARTOG, 2014, p. 13). Essa variação espacio-cultural, e a própria ampliação temporal da aplicação do modelo de regime de historicidade, constitui na principal diferença entre as obras dos dois autores. Sendo assim, ao estabelecer um diálogo entre Koselleck e os antropólogos Marshall Sahlins e Claude Lévi-Strauss, Hartog analisa as *ordens do tempo* instauradas pelos gregos antigos, pelos maoris das ilhas Fidji, pelos cristãos medievais e pelos contemporâneos da Revolução Francesa, para enfim elaborar sua hipótese “presentista” da contemporaneidade.

Com um procedimento idêntico ao de Koselleck, que analisa “textos nos quais a experiência temporal manifesta-se à superfície da linguagem, de maneira explícita ou implícita” (KOSELLECK, 2006, p. 15), os estudos realizados por François Hartog “elegem alguns personagens famosos e lêem ou relêem vários

textos, questionando todos do ponto de vista das formas da experiência do tempo que os constituem ou os habitam, sem que eles se dêem conta às vezes” (HARTOG, 2014, p. 40). Assim, após fazer uma comparação entre aquilo que o filósofo Claude Lefort chamou de “modo de historicidade” das populações das ilhas do Pacífico e a ordem do tempo contida na obra de Homero, Hartog se utiliza do herói da *Odisséia* para criar a fórmula “Ulisses não leu Santo Agostinho”, e então demonstrar como o cristianismo “modelou, tão profunda quanto duradouramente, a tradição ocidental das relações com o tempo” (*Ibidem*, p. 84). Para entender a crise do tempo vivenciada na Europa na virada do século XVIII para o XIX, a obra de Chateaubriand, que como Hartog faz questão de dizer, *leu* Santo Agostinho, serviu-lhe de guia.

Ele reconhece a existência de diversos nomes, situados entre os séculos XV e XVIII, cujos trabalhos testemunhariam uma experiência de crise do tempo, no entanto defende a opção por Chateaubriand pela sua origem nobre que o faz ser um dos “vencidos” pela Revolução, grupo do qual, segundo Koselleck, provêm os maiores ensinamentos históricos. A inovação fica por conta da opção por um escritor viajante que trás em seus relatos os subsídios “antropológicos” tão caros a análise de Hartog. As viagens que Chateaubriand fez para a América proporcionaram a inserção em suas observações do termo “selvagem”, que somado ao par “antigos/modernos”, constituiu a tríade da tradição ocidental. Mais uma vez, enquanto a aplicação de Koselleck, apesar de cogitar outras possibilidades, deliberadamente se restringe ao temporal – e sobretudo europeu –, Hartog adicionará uma dimensão espacial e sua consequente variação cultural, evidenciando suas contribuições para a formação do regime de historicidade moderno.

Ao constatar a mudança radical com que Chateaubriand relata suas experiências entre os anos de 1797 e 1827, Hartog recorre mais uma vez a Koselleck para tentar compreender a postura do escritor, que na esteira de um movimento de dissolução do modelo *Historia Magistra Vitae*, se vê confrontado com um novo regime de historicidade. Em resumo, a obra de Chateaubriand, que de início “postulava que o homem, evoluindo no interior de um mesmo círculo, repetia-se incessantemente”, posteriormente passa a defender que o movimento da história era representado, na melhor das hipóteses, por “círculos concêntricos, que vão se alargando sem parar em um espaço infinito” (*Ibidem*, p. 119). Portanto, a partir dos escritos de Chateaubriand e dos conhecimentos provenientes da antropologia, Hartog corrobora a tese de Koselleck ao dizer que entre o início dos tempos modernos e a Revolução Francesa, houve uma experiência de aceleração do tempo que por sua vez acarretou “uma brutal distensão e até uma ruptura entre o campo de experiência e o horizonte de expectativa” (*Ibidem*, p. 103).

O regime de historicidade moderno teria se estendido até o segundo terço do século XX, quando, segundo a hipótese de Hartog, haveria surgido uma ordem do tempo que detém uma maneira específica de articular o presente em relação ao passado e ao futuro, para a qual criou o neologismo *presentismo*, em oposição ao *futurismo*. Sobre o questionamento de este presentismo poder ser apenas um momento de pausa do futurismo ou realmente configurar um novo tempo histórico, seu autor adverte que a instauração de um regime de historicidade, além de ser lenta e durar muito tempo, é desde o início contestada, e portanto não pode ser vista como “uma entidade metafísica caída do céu” (*Ibidem*, p. 139). Assim, na impossibilidade de afirmar se a experiência contemporânea do tempo corresponde ou não à superação do regime moderno de historicidade, Hartog é enfático ao constatar uma “crise do tempo” que tem a queda do Muro de Berlim em 1989 por marco simbólico. É a esta experiência de uma expectativa ao mesmo tempo fechada em um presente estagnado e aberta para a mobilidade e a aceleração em direção a um futuro no mínimo ameaçador, que ele dá o nome de *presentismo*. Espelho de uma crise caracterizada pela descrença no *progresso* e valorização das categorias de *memória* e *patrimônio*, o projeto *Lieux de mémoire*, de Pierre Nora, conduzirá os estudos de Hartog na busca por uma ordem contemporânea do tempo.

O *Manifesto Futurista* lançado por Marinetti em 1909 foi um ato incontestado de ruptura com o que ainda restava da antiga ordem, mas pela valorização que dera à *velocidade*, paradoxalmente instalara um presente eterno. Às duas guerras mundiais sucederam-se crises de negação deste futurismo, porém conservando deste fatores progressistas suficientes para assegurar o regime de historicidade moderno. Mesmo assim, segundo Hartog, paulatinamente o futurismo foi dando lugar ao presentismo. Esta preocupação esteve presente nos primeiros *Annales*, e redundou na posterior elaboração teórica da história enquanto duplo movimento entre passado e presente. Nos anos 50, a antropologia estruturalista de Lévi-Strauss impôs sua crítica à noção de progresso, supostamente confirmada pelas crises econômicas e o desemprego dos anos 1970. Compondo com um vasto catálogo de reflexos deste processo, o desenvolvimento da sociedade de consumo, da mídia e do turismo compõem “exemplos de comportamentos que traduzem uma experiência amplamente compartilhada do presente e são um dos seus componentes, delineando assim um dos regimes de temporalidade do presente” (*Ibidem*, p. 149).

A mídia, tal qual se pratica nos dias de hoje, onde o acontecimento presente volta-se para si e se produz antecipadamente como passado antes mesmo que suas potencialidades enquanto presente tenham se esgotado, é para Hartog o que ele chama de “fenda” de manifestação do presente, assim como o

são o ambientalismo e as novas políticas urbanas que optaram pela conservação em detrimento da modernização. Para ele, o ímpeto de conservar o passado revela que, “já inquieto, o presente descobre-se igualmente em busca de suas raízes e de identidade, preocupado com a memória e as genealogias” (*Ibidem*, p. 151). Dentro deste contexto presentista, se vivencia uma verdadeira onda de *comemoração*, de preservação da *memória* e de proteção do *patrimônio*. Estas três palavras-chave nos direcionam para o termo *identidade*, e evidenciam a lacuna entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa que o presente não pode preencher.

Na interpretação de Pierre Nora, tanto a autocomemoração dos acontecimentos atuais quanto a valorização do seu caráter patrimonial, memorialístico e identitário, provocaram uma “inversão da dinâmica da comemoração”, onde o próprio sentido contemporâneo da palavra “comemorar” se modificou (*Ibidem*, p. 183). Semelhante deslocamento semântico também aconteceu com o termo “memória” a partir do final da década de 1970. Com o adjetivo “coletiva” herdado do sociólogo Maurice Halbwachs, esta tomou de assalto a historiografia francesa, tornando-se praticamente uma precondição do fazer historiográfico. Para Nora, após ser vitimada pela aceleração que provocou o rompimento com o passado e a experiência, a categoria *memória* atraiu atenção e foi transformada pela história, dando origem a uma prática diferente, ainda que representada pelo mesmo vocábulo. Segundo Hartog, citando Nora, a memória torna-se então um instrumento presentista, pois ela “não é mais o que se deve reter do passado para preparar o futuro que se quer; ela é o que faz com que o presente seja presente para si mesmo” (NORA apud HARTOG, 2014, p. 163).

O projeto *Lieux de mémoire* (lugares de memória) elabora um diagnóstico da onda de “patrimonialização” que se abateu sobre a Europa a partir da década de 1970. Para Hartog, “nessa nova configuração, o patrimônio se encontra ligado ao território e à memória, que operam ambos como vetores da identidade: a palavra-chave dos anos 1980” (HARTOG, 2014, p. 195). No entanto, não se trata de uma identidade sólida e bem resolvida, mas de algo que está na iminência do desaparecimento e que por isso precisa se reinventar. Noção inicialmente ligada à propriedade privada, os dicionários apontam que a partir do período em questão, “patrimônio” se impôs ao domínio dos bens culturais e naturais, fundamentado, portanto, na ideia de transmissão para o futuro. Entretanto, não mais legitimado pela ideia daquela continuidade futurista do regime moderno de historicidade, mas, pelo contrário, como uma prática que necessariamente se alimenta “de cesuras e de questionamentos da ordem do tempo, com todos os jogos da ausência e da presença, do visível e do invisível que marcaram e guiaram as incessantes e sempre cambiantes maneiras de produzir semióforos” (*Ibidem*,

p. 243).

Por quase todo o século XIX – o século das identidades nacionais – história nacional e regime de historicidade moderno foram complementares. Assim como o progresso era para a modernidade, em termos de França tratava-se de estar entre um *já*, trazido pela Revolução Francesa, e um *ainda não*, esperado pela consolidação da República. Os abusos do nacionalismo exacerbado que conduziram à Grande Guerra promoveram um recuo do nacional e um avanço do social nas produções historiográficas pós-1914, estratégia que denotou um modo distinto de articular passado e futuro, produzindo outra “fenda” na ordem do tempo. Esse novo modelo essencialmente progressista – e consequentemente grande consumidor de futuro – predominou até o início dos anos 1980, quando o regime moderno de historicidade passou a dar sinais de esgotamento, abrindo-se “um tempo de estase, momento de pausa, no qual o olhar retrospectivo tornou-se legítimo” (*Ibidem*, p. 179). O nacional retomado, desta vez é tratado de maneira diferente, não mais como uma história voltada para o futuro, mas sim que visita compulsivamente um passado recente que “surpreende e inquieta por não passar”, onde o presente torna-se categoria predominante (*Ibidem*, p. 180). Hartog faz ainda uma relação entre crises do tempo e a coincidência de exacerbações nacionalistas (*Ibidem*, p. 191).

Sobre as reflexões historiográficas em *Les Lieux de mémoire* e seu método de investigar a utilização e significação do passado a partir do presente, o objetivo de Nora, segundo Hartog, sempre foi o de voltar ao passado para tentar compreender o hoje, ou seja, “vai-se exatamente do presente ao presente, para interrogar o momento presente” (*Ibidem*, p. 183). Assim, depois de ter usado esta obra para buscar compreender a crise contemporânea do tempo, Hartog destaca ainda que o próprio interesse do projeto em configurar o momento ao qual pertence, o transforma em “um testemunho no segundo grau dessa tendência do presente a se historicizar” (*Ibidem*, p. 185). Por fim, conclui e reforça que ao simbolizar a derrocada da ideologia que se pretendia o ponto mais avançado do progresso moderno, 1989 marca “seguramente uma cesura na ordem do tempo [...], exatamente como dois séculos mais cedo” (*Ibidem*, p. 188).

Considerações finais

Se seguirmos Koselleck e admitirmos que na modernidade instituiu-se um *tempo histórico* peculiar que exigiu, inclusive, uma nova palavra que desse sentido a esta nova experiência, e se igualmente admitirmos junto com Hartog que desde o último terço do século XX poderíamos estar vivenciando um novo *regime de historicidade*, marcado pela crise do regime anterior, seria plausível então

que – talvez pelo menos no âmbito da língua alemã – fosse de se esperar que estivesse sendo forjado um novo conceito que, para dar conta da ordem contemporânea do tempo, substituísse “*Geschichte*”. Claro que esta é apenas uma provocação e a história dos conceitos nos ensina que uma nova experiência tanto pode dar origem a uma nova palavra que a defina quanto pode atribuir novos significados a antigas expressões. Mas estudos recentes, como vimos, indicam deslocamentos semânticos em relação aos termos *memória*, *patrimônio* e *comemoração*, por exemplo, que se melhor analisados quem sabe trouxessem contribuições importantes. Dialogando com Nora, Hartog faz a seguinte reflexão:

Estariamos em pleno paradoxo? A memória seria ainda mais invocada porque está desaparecendo? Basta compreendermos que o que atribuímos a esta palavra: a memória hoje, destacava Nora, não é mais a de ontem, a que regulava as sociedades-memórias. Com o mesmo vocábulo, as formas e as práticas diferem amplamente. De um lado, havia a memória de tipo antiga, por assim dizer, “em passado”, que reconduzia “eternamente a herança”; do outro, “a nossa”, que foi apreendida pela história e transformada por ela. Sem dúvida essa sociedade-memória desaparecida está um pouco simplificada ou mitificada, mas para a análise de hoje importa, antes de tudo, seu valor contrastivo (NORA apud HARTOG, 20014, p. 162).

A atual obsessão pela *memória* seria talvez sintomática da dissolução da palavra “História” assim como “*Geschichte*” outrora fizera com “*Historie*”? Esta é uma pergunta que nossa geração pode formular e especular, mas jamais responder com segurança. Na conclusão, Hartog diz que para “pronunciar sobre o que é deste presente [...], seria necessária a capacidade de acelerar mais e para mais longe ainda a tendência à historização imediata do presente, que reconhecemos como um traço de época” (*Ibidem*, p. 247). É justamente por não termos “as pernas de pau”, na expressão dele, necessárias à realização desta façanha, que olhamos com cautela para a noção de *presentismo* formulada por Hartog, pois este, ainda que de modo cauteloso, procura de certa maneira dizer o que este presente é. Além disso, até que ponto as formulações de Hartog – e principalmente seus possíveis usos – conseguem transcender as clássicas reflexões filosóficas de Santo Agostinho acerca da impropriedade de um passado que não é mais ou de um futuro que não é ainda, da qual resultaria um imperativo talvez já “presentista” onde o mais correto seria dizer que só haveria um presente do passado, um presente do presente e um presente do futuro? (AGOSTINHO, 1980, p. 254-281)

Sem correr o risco então de atribuí-la qualquer tipo de qualidade, parece não haver dúvida, no entanto, quanto ao fato de estarmos realmente vivenciando uma crise contemporânea do tempo. O “intempestivo” estudo de Hartog talvez seja um dos melhores diagnósticos acerca dos exercícios de

“contemporaneidade” sobre este aspecto do *nosso* tempo, mas praticamente nada comenta sobre o surgimento da História do Tempo Presente nos anos 1980, o que consideramos uma fragilidade. No entanto, é bastante elucidativa a alegação de que seu desenvolvimento acompanhou o processo de desencadeamento desta crise do tempo onde “ao historiador foi solicitado, algumas vezes exigido, que respondesse às demandas múltiplas da história contemporânea ou muito contemporânea” (HARTOG, 2014, p. 27). Portanto, o principal legado da tese de Hartog para a História do Tempo Presente, entendida mais do que um recorte temporal pouco recuado que implica em problemas específicos como a relação entre história e memória, por exemplo, seria atribuir-lhe um objeto de estudo específico, qual seja um novo regime contemporâneo de historicidade e tudo que ele traz em seu bojo.

Lançado em 1986 e proclamando que “o futuro não é mais como era antigamente”, o segundo álbum da banda Legião Urbana – sugestivamente intitulado “Dois” – abre com uma espécie de rádio mal sintonizado, cujo *dial* incerto procura, oscila, entre a música “Será”, maior sucesso do disco anterior, e fragmentos sonoros do hino da Internacional Socialista. Isso três anos antes da queda do Muro de Berlim, para Hartog – e outros tantos – o marco simbólico da superação do regime moderno de historicidade. Teórica e metodologicamente falando, é óbvio que Hartog leu Koselleck, que por sua vez leu Homero, que escreveu sobre Ulisses, que não leu Santo Agostinho, que foi lido por Chateaubriand que, assim como os demais, não ouviu Renato Russo. Hartog disse que Homero disse que quando Ulisses teve consciência da sua história, em todos os sentidos, chorou. Já os “Índios” de Renato Russo, nem isso conseguiram (LEGIÃO URBANA, 1986).

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** (e outros ensaios). Chapecó: Argos, 2009.

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-RJ, 2006.

Legião Urbana. **Índios**. Álbum: Dois, EMI-ODEON, 1986.

NIETZSCHE, Friedrich. **Segunda consideração intempestiva** (da utilidade e desvantagem da história para a vida). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dezembro 1993.

Abstract: According to historians Reinhart Koselleck and François Hartog, each society has a way to articulate their *space of experience* with its *horizon of expectation*, whose tension also comes a particular *experience of time*. For Koselleck, the modernity would be characterized by a specific *historical time*, where *acceleration* and *progress* notions acquired status of historical concepts. Already Hartog diagnoses a modern *crisis of time* in the late twentieth century, raising the possibility of an actual *regimes of historicity* incorporating a kind of *presentism*, marked by the recovery of *memory* and *heritage* categories. We understand that the main legacy of these ideas to the field of History of the Present Time would understand it more than a little set back time frame, but above all give it a specific subject matter, which is a new contemporary experience time, and all it brings with it.

Keywords: Historical Time; Regimes of Historicity; History of Present Time.
